

## ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ.//

Aos dezenove dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e três, às doze horas, no Palácio Petrônio Portella, sede da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, presentes os senhores deputados: Ana Paula, B. Sá, Doutor Felipe Sampaio, Doutor Gil Carlos, Doutor Hélio, Doutor Marcus Vinícius Kalume, Doutor Thales Coelho, Elisângela Moura, Evaldo Gomes, Fábio Novo, Francisco Limma, Franzé Silva, Gessivaldo Isaías, Gustavo Neiva, Hélio Isaías, Hélio Rodrigues, João Mádison, Marden Menezes, Oliveira Neto, Severo Eulálio, Simone Pereira, Warton Lacerda, Wilson Brandão e Ziza Carvalho; ausentes os senhores deputados: Bárbara do Firmino, Doutor Vinicius, Georgiano Neto, Henrique Pires e Rubens Vieira; e justificada a ausência da senhora deputada Gracinha Mão Santa; realizou-se a **QUINQUAGÉSIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ**, presidida pelo senhor deputado Franzé Silva; e secretariada pelos senhores deputados: Evaldo Gomes, Warton Lacerda e Simone Pereira. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Constou a leitura da Ata da sessão anterior, que foi aprovada sem retificação. **ORDEM DO DIA. Aprovados** em segunda discussão e votação, pela unanimidade dos presentes, os **PROJETOS DE RESOLUÇÃO: de N° 17/23**, de autoria do senhor deputado Francisco Limma, processo AL-32.922/23, que “Institui a Frente Parlamentar dos (as) Catadores (as) de Materiais Recicláveis do Estado do Piauí”; e **de N° 20/23**, de autoria do senhor deputado Francisco Limma, processo AL-33.304/23, que “Institui a Frente Parlamentar da Economia Popular e Solidária do Estado do Piauí”. **Aprovados** em segunda discussão e votação nominal, pela unanimidade dos presentes, **COM 23 (VINTE E TRÊS) VOTOS SIM** dos senhores deputados: Ana Paula, B. Sá, Doutor Felipe Sampaio, Doutor Hélio, Doutor Marcus Vinícius Kalume, Doutor Thales Coelho, Elisângela Moura, Evaldo Gomes, Fábio Novo, Francisco Limma, Franzé Silva, Gessivaldo Isaías, Gustavo Neiva, Hélio Isaías, Hélio Rodrigues, João Mádison, Marden Menezes, Oliveira Neto, Severo Eulálio, Simone Pereira, Warton Lacerda, Wilson Brandão e Ziza Carvalho, os **PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR: de N° 07/23**, do Poder Executivo, Processo AL-33.758/23, que “Altera a Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí, das autarquias e das fundações públicas estaduais e dá outras providências, e a Lei nº 3.808, de 16 de julho de 1981, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Piauí”; **de N° 08/23**, do Tribunal de Justiça do Piauí, processo AL-33.442/23, que “Propõe envio ao Poder Legislativo de projeto de lei que visa alterar a Lei Complementar nº 266, de 20 de setembro de 2022, que dispõe sobre a Organização, Divisão e Administração do Poder Judiciário do Estado do Piauí”; e **de N° 09/23**, do Ministério Público do Piauí,

## ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ.//

processo AL-33.989/23, que “Altera os arts. 6º, 8º, 9º, 11, 12, 13, 16, 24, 25, 39, 41, 63, 83, 86-B, 88, 88-A, 89, 97, 107, 112 e 116 da Lei Complementar nº12, de 18 de dezembro de 1993, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Piauí, e dá outras providências”. **E aprovados** em segunda discussão e votação, pela unanimidade dos presentes, os **PROJETOS DE LEI: de N° 48/23**, do Poder Executivo, processo AL-32.201/23, que “Altera a Lei nº 5.431, de 29 de dezembro de 2004, que dispõe sobre as sanções administrativas a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências”; **de N° 59/23**, do Poder Executivo, processo AL-33.296/23, que “Altera a Lei 6.404, de 28 de agosto de 2013, que dispõe sobre a Revisão da Circunscrição Territorial do Município de Cocal dos Alves”; **de N° 62/23**, do Poder Executivo, processo AL-33.975/23, que “Altera a Lei nº 7.755, de 18 de março de 2022, que dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial nos estabelecimentos que processam produtos de origem vegetal no Estado do Piauí”; **de N° 67/23**, do Poder Executivo, processo AL-33.675/23, que “Altera a Lei Estadual nº 7.193, de 08 de abril de 2019 que dispõe sobre o consumo de matéria-prima florestal e as modalidades de cumprimento da reposição florestal obrigatória no Estado do Piauí, previstos no art. 33, § 1º, da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012”, com emenda; **de N° 68/23**, do Poder Executivo, processo AL-33.366/23, que “Institui o Plano Plurianual – PPA – para o quadriênio 2024-2027”; **de N° 69/23**, do Poder Executivo, processo AL-33.367/23, que “Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2024”; **de N° 70/23**, do Poder Executivo, processo AL-33.473/23, que “Altera a Lei Complementar nº 40, de 14 de julho de 2004”; **de N° 71/23**, do Poder Executivo, processo AL-34.084/23, que “Altera o art. 24 da Lei nº 8.107, de 02 de agosto de 2023, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024”; **de N° 75/23**, do Poder Executivo, processo AL-33.750/23, que “Autoriza o Poder Executivo estadual a promover a Cessão de Uso, a título gratuito, ao município de Teresina - PI, de bem imóvel pertencente ao patrimônio imobiliário do estado do Piauí, onde se situam o Ginásio Poliesportivo e o Mercado Público do Residencial Jacinta Andrade, em Teresina-PI”; **de N° 77/23**, do Poder Executivo, processo AL-33.718/23, que “Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A, com a garantia da União e dá outras providências”; **de N° 78/23**, do Poder Executivo, processo AL-33.679/23, que “Altera a Lei nº 8.156, de 20 de setembro de 2023, que autoriza o Poder Executivo estadual a efetuar o repasse dos recursos efetivamente recebidos pelo estado do Piauí, a título de assistência financeira complementar da União, aos profissionais públicos estaduais de enfermagem, em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.434, de 04 de agosto de 2022”; **de N° 84/23**, do Poder Executivo, processo AL-34.082/23, que “Altera e revoga dispositivos da Lei nº 7.725, de 17 de janeiro de 2022, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina

**ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ.//**

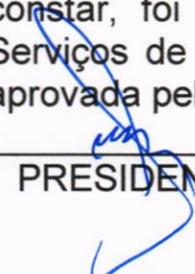
dos Militares do Estado do Piauí - CEDME/PI"; **de N° 85/23**, do Poder Executivo, processo AL-34.093/23, que "Dispõe sobre a reabertura do prazo para opção pelo regimento de previdência complementar, altera a Lei n° 6.764, de 14 de janeiro de 2026, para estabelecer a natureza jurídica do benefício especial, e dá outras providências"; **de N° 120/23**, de autoria da senhora deputada Gracinha Mão Santa, processo AL-31.678/23, que "Dispõe sobre medidas de combate ao racismo e injúria racial no Estado do Piauí e dá outras providências"; **de N° 177/23**, de autoria do senhor deputado Rubens Vieira, processo AL-32.476/23, que "Dispõe sobre a criação do 'Programa Escolas Verdes' no Estado do Piauí e dá outras providências"; **de N° 206/23**, de autoria do senhor deputado Hélio Isaías, processo AL-32.750/23, que "Dispõe sobre a reserva de vagas de empregos para mulheres vítima de violência doméstica e familiar nas empresas prestadoras de serviços ao Estado do Piauí e dá outras providências"; **de N° 234/23**, de autoria do senhor deputado Doutor Marcus Vinícius Kalume, processo AL-32.989/23, que "Determina que no ato da interrupção dos serviços de Energia Elétrica, água e esgoto seja disponibilizada ao consumidor a opção de pagamento dos débitos através de cartão de débito ou PIX"; **de N° 244/23**, de autoria do senhor deputado Rubens Vieira, processo AL-33.065/23, que "Institui a Política Estadual de Preservação Ambiental, Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Desenvolvimento Sustentável, e dá outras providências"; **de N° 248/23**, de autoria do senhor deputado Doutor Thales Coelho, processo AL-33.069/23, Dispõe sobre o pagamento de fiança via Pix, no âmbito do Estado do Piauí, e dá outras providências"; **de N° 267/23**, de autoria da senhora deputada Bárbara do Firmino, processo AL-33.186/23, que "Institui o Dia de Cosme e Damião e o inclui no Calendário Oficial do Estado"; **de N° 279/23**, de autoria do senhor deputado Rubens Vieira, processo AL-33.273/23, que "Institui a Política Estadual de Saúde Bucal no âmbito do Estado do Piauí e dá outras providências"; **de N° 285/23**, de autoria do senhor deputado Francisco Limma, processo AL-33.318/23, que "Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Piauí a Festa de Santo Reis – 'Reisado' e dá outras providências"; **de N° 286/23**, de autoria do senhor deputado Francisco Limma, processo AL-33.312/23, que "Submete a indicação do Reisado para obtenção do Patrimônio Cultural Imaterial do Piauí"; **de N° 287/23**, de autoria do senhor deputado Warton Lacerda, processo AL-33.320/23, que "Declara patrimônio cultural e imaterial do Estado do Piauí, o Festejo do Padroeiro de Altos, São José, e o inclui no calendário oficial de eventos do Governo do Estado do Piauí"; **de N° 289/23**, de autoria da senhora deputada Ana Paula, processo AL-33.322/23, que "Dispõe sobre a afixação de cartazes em Delegacias informando sobre a gratuidade contida na Lei Ordinária n° 5.689 de 26/10/2007 que isenta do pagamento de taxas para obtenção da 2º via de documentos públicos, às pessoas que foram furtadas, roubadas e/ou assaltadas"; **de N° 301/23**, de autoria do senhor

**ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ.//**

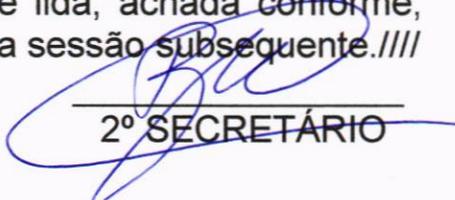
deputado Rubens Vieira, processo AL-33.425/23, que “Institui no âmbito do Estado do Piauí a Semana Estadual de Conscientização sobre os Riscos, Desafios e Prevenção de Gravidez na Adolescência”; **de N° 311/23**, do Tribunal de Contas do Piauí, processo AL-33.443/23, que “Altera a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (Lei nº 5.888, de 19 de agosto), o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (Lei nº 5.673, de 1º de agosto de 2007) e a Lei nº 5.549, de 23 de janeiro 2006, que institui o Programa de Assistência aos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Piauí”; **de N° 314/23**, de autoria do senhor deputado Doutor Felipe Sampaio, processo AL-33.520/23, que “Declara Patrimônio Cultural Imaterial do estado do Piauí a ‘Micarina de Esperantina’, carnaval fora de época realizado no município de Esperantina-PI e a inclui no Calendário Oficial de Eventos do estado do Piauí”; **de N° 317/23**, de autoria do senhor deputado Henrique Pires, processo AL-33.603/23, que “Dispõe sobre obrigatoriedade na instalação de hidrômetros nas residências e instalações domiciliares no âmbito do Estado do Piauí”; **de N° 324/23**, de autoria do senhor deputado Doutor Marcus Vinícius Kalume, processo AL-33.600/23, que “Declara o Festejo de São Pedro de Alcântara, na cidade Floriano, Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Piauí, e dá outras providências”; **de N° 325/23**, de autoria do senhor deputado Hélio Rodrigues, processo AL-33.668/23, que “Reconhece de Utilidade Pública a Federação de Habitação do Estado do Piauí FEHAB-PI”; **de N° 330/23**, de autoria do senhor deputado Francisco Limma, processo AL-33.708/23, que “Cria o Programa Estadual de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural no Piauí e dá outras providências”; **de N° 335/23**, de autoria da senhora deputada Elisângela Moura, processo AL-33.759/23, que “Institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária do Estado do Piauí - PEATER e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária do Estado do Piauí - PROATERPI. Altera a Lei 5.206, de 09 de agosto de 2001, e dá outras providências”; **de N° 349/23**, de autoria do senhor deputado Gessivaldo Isaías, processo AL-33.842/23, que “Institui no Calendário Oficial de Eventos do Piauí, o dia Estadual da Defensoria Pública”; **de N° 350/23**, de autoria do senhor deputado Hélio Rodrigues, processo AL-33.840/23, que “Reconhece de Utilidade Pública o Instituto Cultivar Progresso”; **de N° 351/23**, de autoria do senhor deputado Henrique Pires, processo AL-33.844/23, que “Reconhece de utilidade pública a Associação do Projeto EPAFRAS-APE”; **de N° 369/23**, de autoria do senhor deputado Doutor Vinicius, processo AL-33.977/23, que “Dispõe sobre o Reconhecimento de Utilidade Pública da Associação dos Amigos do Balé da Cidade de Teresina (AABCT)”; **de N° 375/23**, de autoria do Ministério Público do Piauí, processo AL-33.987/23, que “Cria o Fundo de Liquidação de Passivos do Ministério Público do Estado do Piauí e dá

**ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ.//**

outras providências”; **de N° 376/23**, de autoria do senhor deputado Gessivaldo Isaías, processo AL-33997/23, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade dos bancos e instituições financeiras a adotarem uma senha de pânico, bem como sistemas de geolocalização em aplicativos para dispositivos móveis”; **de N° 382/23**, de autoria do senhor deputado Doutor Marcus Vinícius Kalume, processo AL-34052/23, que “Reconhece de Utilidade Pública a Associação Instituto Nova Semente, no Município de Floriano”; **de N° 384/23**, de autoria do senhor deputado Nerinho, processo AL-34.041/23, que “Reconhece de Utilidade Pública a Associação ONG Projeto Vivo, com sede na cidade de Cajueiro da Praia-PI e dá outras providências”; **de N° 385/23**, de autoria do senhor deputado Nerinho, processo AL-34.042/23, que “Reconhece de Utilidade Pública a Fundação Luísa Nunes de Jesus Costa, com sede na cidade de Lagoa Alegre-PI e dá outras providências”; **de N° 386/23**, de autoria do senhor deputado Doutor Marcus Vinícius Kalume, processo AL-34086/23, que “Reconhece de Utilidade Pública a Associação de Mães e Amigos dos Autistas - AMA ANJO AZUL, no Município de Floriano”; **de N° 387/23**, de autoria do Tribunal de Justiça, processo AL-34.083/23, que “Reajusta os subsídios dos servidores, ativos e inativos, do Poder Judiciário do Estado do Piauí, as gratificações pelo exercício de cargos em comissão e funções de confiança”; **de N° 388/23**, de autoria do senhor deputado Severo Eulálio, processo AL-34.085/23, que “Acrescenta o §5º ao art. 16, da Lei nº 6.920, de 23 de dezembro de 2016; acrescenta o inciso X, ao art. 98 da Lei Complementar Estadual nº 59, de 30 de novembro de 2005”, com emenda; **e de N° 391/23**, de autoria do senhor deputado Fábio Novo, processo AL-34.095/23, que “Altera a lei nº 4.997 de 30 de dezembro de 1997, que cria o Sistema de Incentivo Estadual à Cultura - SIEC e dispõe sobre benefícios fiscais na área do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, concedidos a operações de caráter cultural e artístico”. **Com anuência do Plenário**, o senhor presidente, deputado Franzé Silva, convocou outra sessão extraordinária para apreciar matérias constantes na Ordem do Dia, em Redação Final. **E, nada mais** havendo a tratar, encerrou a presente sessão, que, para constar, foi redigida e digitada a presente Ata, pela Coordenação de Serviços de Redação de Atas, a qual, depois de lida, achada conforme, aprovada pelo Plenário, vai assinada pela Mesa da sessão subsequente.////

  
PRESIDENTE

  
1º SECRETÁRIO

  
2º SECRETÁRIO